

Um expressivo número de participantes de fundos de pensão ligados a diversas entidades estiveram ontem (14/6), na Câmara dos Deputados, fazendo um corpo a corpo com os deputados, demonstrando posicionamento contrário ao [PLP 268/16](#), que, em linhas gerais, retira do participante o direito de gerir seus próprios recursos.

A ANAPAR, a ABRAPP e diversas entidades representativas de participantes (FENAE, CONTRAF, ANABB, etc.) também se reuniram com líderes de diversos partidos e com o relator do projeto. Diante da mobilização, garantimos o adiamento da votação do projeto de lei para a próxima semana, provavelmente na segunda-feira (20/6). Até essa data estaremos intensificando os contatos com os líderes partidários, defendendo o atual modelo de paridade na gestão das entidades de previdência complementar.

É importante mantermos a pressão nos parlamentares, que confirmaram o recebimento dos nossos e-mails contra o PLP 268/16. Continuem enviando os e-mails aos deputados dos seus estados e mobilizando os companheiros.

Baixe [aqui](#) o arquivo com os contatos de todos os deputados federais.

Encaminhem o texto que sugerimos nos e-mails:

“Senhor Deputado (Senhora Deputada),

Sou participante de fundo de pensão, assim como outros mais de 3 milhões de brasileiros. Somos contra a aprovação do PLP 268, porque ele reduz drasticamente nosso poder de fiscalização e de gestão sobre o patrimônio acumulado durante toda a vida de trabalho e que deve garantir nossa aposentadoria. Se arcamos com a metade das contribuições, também deve ser nosso direito eleger a metade dos dirigentes de nossas entidades de previdência.

O PLP 268 pretende entregar a agentes do mercado financeiro a administração do nosso patrimônio. Isto coloca em risco nossas reservas. Passar as decisões sobre nossos recursos para pessoas não têm nenhuma relação com o fundo de pensão pode comprometer nosso complemento da aposentadoria.

Reivindicamos que seja mantida a paridade na gestão dos fundos de pensão, a eleição direta de metade dos conselheiros deliberativos e fiscais pelos participantes e que seja ampliada a paridade para a diretoria executiva. Queremos também o fim do voto de qualidade nos conselhos dos fundos.”

Juntos somos mais fortes.

Nossa política é a defesa intransigente dos interesses dos participantes dos fundos de pensão.

Fonte: [Anapar](#), em 15.06.2016.